

Constituinte exige temas definidos antes do debate

22 JUL 1987

ANC P5

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A organização de um temário para as sessões da Constituinte, agrupando assuntos correlatos e divulgando-os antes do início das sessões, poderá ser aprovado hoje pelo deputado Ulysses Guimarães, após reunião com as lideranças partidárias. Essa providência é reclamada como essencial para um comparecimento mais expressivo de parlamentares e público às sessões da Constituinte, despertando o interesse do plenário e das galerias para temas específicas.

O debate organizado, um pedido do presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, foi apoiado pelos líderes do PDT, PT, PC do B, PDS e PMDB, em documento entregue ontem a Ulysses. Ainda ontem, esse cronograma de assuntos voltou a ser reclamado pelo deputado Aldo Arantes (PC do B-GO), ao observar a presença de apenas 10 parlamentares no plenário. Olhando para o pequeno número de constituintes presentes, Arantes observou: "Estamos falando para um plenário vazio. Não podemos continuar a brincar com a opinião pública. Não podemos admitir um debate sem interlocutor, histórico apenas".

A sessão da Constituinte quase não pôde ser aberta, pois o Regimento Interno exige a presença de pelo

menos 56 parlamentares. Com a reclamação de Arantes, seguida de outra do deputado Adylson Motta (PDS-RS), o presidente da sessão, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), mandou fazer a chamada nominal e os constituintes foram chegando ao plenário. Mas debate constitucional não ocorreu. Os oradores limitaram-se a outros assuntos. O deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) referiu-se às vaíás recebidas pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, durante a convenção extraordinária do PMDB, neste último fim de semana. O deputado gaúcho acredita que Brossard "já não tem moral para prosseguir à frente do Ministério" e pediu seu afastamento do governo.

Nova proposta de quatro anos para Sarney

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, anunciou ontem que dará parecer favorável ao projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), incluindo nas disposições transitórias da nova Constituição o mandato de quatro anos para o presidente. O deputado petebista já recolheu 150 das 186 assinaturas necessárias à apresentação da proposta. Bernardo Cabral não concorda, porém, com a inclusão no texto da Carta de eleições para a Presidência da República em 15 de novembro de 1988, como quer Faria de Sá.

O autor do projeto disse ter discutido o assunto previamente com Cabral, para se assegurar da viabilidade da iniciativa, que foi subscrita por quatro vice-líderes do PMDB na Constituinte e parlamentares de diversos partidos.

Faria de Sá garantiu ter recebido incentivo do relator da Comissão de Sistematização para apresentar o projeto, como forma de resolver e encerrar a atual polêmica em torno do mandato presidencial. Cabral alertou, porém, que a fixação do período de governo poderá ser alterada pelo plenário da Constituinte. Ou seja, Bernardo Cabral deixou claro seu apoio à iniciativa de Faria de Sá, mas não à redução do mandato do presidente da República para quatro anos.

Aceita primeira emenda popular

Chegou ontem à tarde à Comissão de Sistematização a primeira emenda popular com obediência a todos os requisitos exigidos pelo regimento interno, como o apoio de três entidades, 30 mil assinaturas de eleitores e ementa. Protocolada sob o nº 1, a emenda é procedente de Curitiba e apoiada pela Associação Interconfessional, do Paraná, Conselho das Igrejas para a Educação Religiosa, também do Paraná, e Instituto Regional de Pastoral, de Mato Grosso.

A emenda determina que a educação religiosa será garantida pelo Estado, no ensino de 1º e 2º graus, como elemento integrante das ofertas curriculares, respeitada a liberdade religiosa.

Pazzianotto negocia estabilidade 'aceitável'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Caberá ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, a responsabilidade pela negociação, com empresários e trabalhadores, de uma forma alternativa de garantia de emprego para substituir a estabilidade do empregado, uma vez que a proposta nesse sentido do projeto de Constituição foi considerada inviável pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

O relator lembrou que o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros, considerou a estabilidade prevista no projeto "demagógica".

Esta missão para o ministro Almir Pazzianotto foi acertada numa reunião-almôço, ontem, na casa do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, da qual participaram também os ministros da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, e da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, além de Cabral e do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

A idéia, proposta por Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral, é que alguns assuntos, como estabilidade, jornada de 40 horas, férias em dobro, questões previdenciárias, reserva de mercado para a informática, entre outros, sejam previamente debatidos antes da decisão no substitutivo. Um assunto negociado, por mais polêmico que seja, vai refletir um consenso e significar menos trabalho no plenário, segundo Bernardo Cabral.

Na reunião, Ulysses Guimarães pediu a Bernardo Cabral que procure anteciper ao máximo a apresentação do seu substitutivo. Ulysses quer que Cabral comece a elaborar o substitutivo tão logo termine o prazo de apresentação de emendas dos constituintes

tes e emendas populares, sem ficar esperando o término de mais de dez dias de discussão. Dessa forma, entende o presidente da Constituinte, Cabral ganharia mais tempo e, com isso, Ulysses poderia negociar o substitutivo, mais cedo, com as lideranças de todos os partidos, antes de o substitutivo ir a plenário.

Segundo Bernardo Cabral, Ulysses vai procurar junto aos líderes partidários "fechar" o máximo possível de pontos (ele considera que pelo menos 80% do projeto de Constituição representa um consenso), ficando para plenário apenas aqueles pontos inegociáveis — como reforma agrária, anistia e mandato presidencial, entre outros citados por ele.

Hoje de manhã, os líderes partidários e mais o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, vão a Ulysses tentar algumas condições regimentais que consideram necessárias para o melhor desempenho da Constituinte. Uma das propostas do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), é de que as sessões de discussão do projeto de Constituição sejam realizadas em cima de temas específicos para cada dia, e não da forma como está sendo feita atualmente, com cada constituinte levantando o tema de sua preferência, e às vezes nem isso, falando sobre temas não-constitucionais, o que vem acarretando um completo esvaziamento do plenário da Constituinte.

Outra decisão da reunião de ontem na casa de Ulysses: não será permitida nenhuma interrupção nos prazos da Constituinte, mesmo que, para as sessões de sexta-feira, sábado, domingo e segunda-feira, não haja ninguém inscrito, como vai ocorrer esta semana. Mesmo que ninguém se tenha inscrito, as sessões serão realizadas e suspensas, se houver falta de quorum, mas não serão adiadas, garantiu Bernardo Cabral.

Fogaça prevê fim das crises

"A conjugação presidencialismo-militarismo, geradora de crises institucionais ao longo dos 98 anos da História republicana do País, está com seus dias contados" — disse ontem em Brasília o senador José Fogaça (PMDB-RS), para quem um grande avanço deverá ocorrer com a instauração do sistema parlamentarista de governo no Brasil. Fogaça lembrou que a questão deve ser analisada com frieza, "pois ninguém espera que uma mudança como

esta possa proporcionar de pronto uma alteração nas injustiças estruturais". Mas declarou estar certo de que uma nova etapa de estabilidade institucional e racionalidade administrativa deverá significar passo importante nesse sentido. E argumentou que, num país com as características do Brasil, ainda que os partidos não estejam estruturados nos moldes desejáveis de uma sociedade moderna, o parlamentarismo vai acelerar estas transformações.